PAC 2014-2020

PAGAMENTOS DIRECTOS AOS AGRICULTORES

POSIÇÃO DA UNAC – UNIÃO DA FLORESTA MEDITERRÂNICA

30-10-2012

unac
União da Floresta Mediterrânica

1. A UNAC e a AGRICULTURA PORTUGUESA

A UNAC - União da Floresta Mediterrânica representa as explorações multi-funcionais dos espaços agro-florestais mediterrânicos que em Portugal são a principal ocupação do território, estendendo-se desde Trás-os-Montes, ao longo da Beira Interior até ao Ribatejo, Alentejo e Algarve.

São explorações com gestão efetiva e ativa que, aproveitando as condições positivas de estrutura fundiária, exercem uma atividade sustentável com balanço positivo em termos económicos, sociais e ambientais.

Estes espaços, caracterizados edaficamente por solos pobres e climaticamente por invernos frios e chuvosos e verões quentes e secos, em séries muito irregulares, são a primeira barreira de defesa contra a desertificação, num território onde cada vez mais frequentemente se observa uma maior variabilidade climática inter-anual e a ocorrência de fenómenos extremos.

Estas explorações são também produtores por excelência de bens públicos ao serem responsáveis pela gestão de uma fatia maior do nosso território e ao fazê-lo de modo sustentável, tendo influência determinante na proteção dos solos, na gestão dos ciclos da água e dos nutrientes e na garantia de uma base produtiva biodiversa.

Nas explorações dos sistemas agro-florestais mediterrânicos a produção de cortiça, de pinha e de bolota vivem lado a lado e são complementares da produção pecuária extensiva, de ovinos e caprinos, bovinos e suínos, e de produções agrícolas mais intensivas, que vão dos cereais e culturas forrageiras de sequeiro a culturas mais exigentes como os cereais de regadio, as hortícolas e horto-industriais, a vinha ou o olival.

Estas explorações são também caracterizadas por terem um nível de suporte muito reduzido, resultantes de pagamentos históricos unitários muito baixos. No entanto cumprem de forma exemplar os mesmos requisitos da condicionalidade exigidos a qualquer outro beneficiário da Politica Agrícola Comum (PAC). Fazem-no provavelmente até de forma mais efetiva, pois este tipo de exploração é na realidade o modelo de sustentabilidade que tantos perseguem.

A UNAC pretende com este documento evidenciar o papel das explorações dos sistemas agro-florestais mediterrânicos no âmbito Politica Agrícola Comum para o período 2014-2020.

Pretendemos fazê-lo de uma forma clara e efetiva tendo por objetivo maximizar o efeito potencial da próxima PAC no nosso sector, á luz da realidade de Portugal e dos efeitos em todos os sectores que constituem a nossa agricultura.

2. NOVOS OBJECTIVOS da PAC – A PAC 2014-2020 e os SISTEMAS AGRO-FLORESTAIS MEDITERRÂNICOS

Os objetivos da PAC para o período 2014-2020 são três:

1) Produção Agrícola Viável
2) Gestão Sustentável dos Recursos Naturais e do Clima
3) Desenvolvimento Rural Integrado

Com estes objetivos pretende-se atingir os seguintes resultados:

- Substituir o atual modelo histórico de repartição dos pagamentos diretos aos produtores do 1º Pilar da PAC, entre Estados Membros e dentro de cada Estado Membro, por um novo modelo que através de um processo de convergência garanta uma uniformização dos apoios por hectare de superfície agrícola.
- Garantir uma maior legitimidade ambiental e social dos apoios diretos do 1º Pilar através da introdução de novos pagamentos de natureza territorial e ambiental.

Os objetivos da Politica Agrícola Comum para o período 2014-2020 representam uma mudança de paradigma relativamente á atual PAC, respondendo a desafios externos quando anteriormente se apontava a fatores endógenos. Os excedentes e a segurança alimentar já não são a única prioridade, neste momento deparamo-nos com um quadro macro-económico de pressão sobre os rendimentos, com um maior número de riscos, com problemas de redução da produtividade e de compressão de margens por via do aumento dos preços dos fatores e da diferença de poder negocial entre uma produção pulverizada e uma indústria/distribuição cada vez mais concentrada.

Precisamos de uma agricultura forte, vital para a industria alimentar e para a segurança alimentar mundial, que garanta os objetivos climáticos e energéticos ambiciosos que pretendemos atingir, garantindo a biodiversidade dos nossos territórios num quadro em que os preços de mercado ainda não refletem o fornecimento de bens públicos que proporcionamos.

A nova PAC é uma política de importância estratégica para a Segurança Alimentar, o Ambiente e o Equilíbrio Territorial e é neste enquadramento que deve ser transposta a nível nacional.

Os sistemas agro-florestais mediterrânicos e as explorações que os constituem são um espelho dos objetivos da nova PAC e vão ser um ator determinante no sucesso da implementação desta política:

- **Produção Agrícola Viável** - Cortiça, Pinha e Produção Pecuária Extensiva, as atividades principais deste grupo de explorações, fazem parte da lista de produtos do Anexo 1 do Tratado da UE sendo e gerando produtos agrícolas essenciais.

- **Gestão sustentável dos Recursos Naturais e do Clima** – os sistemas agro-florestais mediterrânicos tem ação reconhecida na proteção do solo, na regulação dos ciclos da água e dos nutrientes, na biodiversidade, na fixação de carbono e no baixo consumo de inputs (N e C), sendo a primeira barreira no combate à desertificação e às alterações climáticas.

- **Desenvolvimento Rural Integrado** – Estes são sistemas multi-funcionais que ocupam o território em larga escala, que criam emprego bem remunerado e riqueza nas regiões mais frágeis, fixando populações e sendo veiculo privilegiado do desenvolvimento rural.

Para que em Portugal se atinjam os objetivos pretendidos para a PAC 2014-2020 é determinante que os sistemas agro-florestais mediterrânicos sejam sua parte integrante desde o primeiro dia.

3. PAGAMENTOS DIRECTOS – O 1º PILAR DA PAC e os SISTEMAS AGRO-FLORESTAIS MEDITERRÂNICOS

A nova PAC assentará nos seguintes mecanismos:

- **Pagamento Base (PB)**, de apoio ao rendimento de todos os produtores agrícolas ativos e com superfícies elegíveis, pagamento este sujeito ás regras da condicionalidade agrícola e ambiental;
- **Pagamento Verde "Greening" (PV)**, para remuneração de uma gestão sustentável dos recursos naturais;
- **Pagamentos Ligados à Produção (PLP)**, exclusivos para explorações ou sistemas agrícolas específicos que se deparem com problemas estruturais graves;
- Conjunto de **pagamentos específicos**, zonas com desvantagens naturais (PZDN), jovens agricultores (JA), pequenos agricultores (APA), reserva nacional (RN).

As explorações dos sistemas agro-florestais mediterrânicos são produtores agrícolas ativos com superfícies elegíveis:

- Produzimos produtos agrícolas constantes do anexo 1 do Tratado da UE: cortiça, pinhão, culturas pratenses e forrageiras, carne, leite, cereais;
- Na maior parte da sua área as nossas explorações e o território que representamos foram beneficiários da atual PAC, cumprindo as regas da condicionalidade.

Tendo por base a realidade produtiva dos sistemas agro-florestais mediterrânicos e das explorações que os caracterizam e a realidade mais alargada do que é o sector agrícola português e as regras da PAC para o período 2014-2020, defendemos para Portugal um modelo de Pagamentos Diretos adequado á realidade produtiva dos nossos territórios e do nosso enquadramento edáfico e climático – o modelo **Espaços Rurais com Futuro**. Este modelo terá as seguintes caraterísticas:

- Pagamento Base (PB) único a nível nacional;
- Rápida Convergência dentro do País;
- Elegibilidade direta para o Pagamento Verde "Greening" dos sistemas agro-florestais mediterrânicos: montados de sobro e de azinho e pinhais mansos e da pecuária extensiva;
- Manutenção dos Pagamento Ligados á Produção para bovinos, ovinos e caprinos.

A solução que propomos é uma solução com que Portugal vai ganhar globalmente, relativamente a outras hipóteses alternativas que se afastam menos do atual modelo histórico, cifrando-se esse ganho global em cerca de 3% a 4%.

Nesta solução os sectores perdedores possuem uma representatividade muito inferior aos ganhadores, quer em número de explorações (27%/73%), quer em Superfície Agrícola Útil

(15%/85%), e são maioritariamente sectores com forte capacidade agro-industrial (tomate, bovinos leite, bovinos de carne intensivo).

Esta proposta gera também uma redistribuição de apoios das regiões de PIB mais elevado (Litoral) para regiões de PIB mais baixo (Interior), havendo ainda uma redistribuição de um menor número para um maior número de beneficiários (81%/19%).

Os dados que apresentamos a justificar esta proposta não são nossos, são os dados que constam do estudo elaborado pela AGRO.GES para o Gabinete de Planeamento e Politicas (GPP) do Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território – O impacto sobre os diferentes tipos de agricultura portugueses decorrente da reforma da PAC.

3.1 PAGAMENTO BASE (PB) ÚNICO A NÍVEL NACIONAL

O **Pagamento Base (PB)** deve ser único a nível nacional, porque esta é a solução que de modo mais efetivo responde ao objetivo da nova PAC de **uniformização dos apoios por hectare de superfície agrícola**.

Temos que ter presente que nesta nova PAC não estamos a compensar perdas decorrentes de alterações substanciais da política ou da abertura dos mercados externos, estamos a dar condições para que se mantenha de um modo horizontal, ao nível do território, a capacidade produtiva e se fortaleçam as vertentes económica, ambiental e social da utilização dos espaços rurais.

Estamos perante uma abordagem que deve olhar ao nível do território e não ao nível da exploração. A nossa diversidade é local não é regional, pelo que a regionalização é uma ferramenta que neste caso não surte efeito agregador, antes cria mais assimetria.

3.2 CONVERGÊNCIA INTERNA VS. CONVERGÊNCIA EXTERNA

A **convergência externa** e a **convergência interna** são dois vetores determinantes para que se atinjam os resultados pretendidos com a nova PAC. A primeira determina o montante global das ajudas a que vamos ter direito a segunda o modelo de redistribuição que teremos internamente.

Estas duas “convergências” devem **no entanto ser abordadas em singelo**, pois em nada uma tem a ver com a outra.

- **Na Convergência Externa**, entre Estados Membros, Portugal ganha sempre. O pagamento médio unitário em Portugal está abaixo da média da União Europeia e por isso quanto mais rapidamente esta convergência ocorrer maior será o ganho para o País.
- **Na Convergência Interna**, havendo direitos históricos muito variáveis e sectores claramente perdedores, Portugal e o sector agrícola na globalidade também ganham sempre.

A regra a adotar para a convergência interna deve ser portanto a que Portugal clama para a convergência externa, **quanto mais rapidamente se der a convergência interna maior o ganho para Portugal**.

Estamos neste momento a arquitetar toda a envolvente da nova PAC, com dois pilares que se pretendem complementares. Temos por isso em mão ferramentas que podem permitir uma mitigação dos efeitos nos sectores perdedores. Se delas não fizermos uso conveniente estaremos a condicionar de modo igualmente penalizador o potencial de fortalecimento da nossa agricultura.

3.3 PAGAMENTO VERDE "GREENING" (PV)

O **Pagamento Verde "Greening" (PV)**, tem por **objetivo remunerar uma gestão sustentável dos recursos naturais**.

Os sistemas agro-florestais mediterrânicos são sistemas que privilegiam um uso sustentável dos recursos, com efeitos positivos ao nível da proteção do solo, da regulação dos ciclos da água e dos nutrientes, da fixação de carbono e da garantia da biodiversidade.

São disto prova inúmeros estudo e artigos científicos, de que se destacam:

- Bugalho, et all (2011). Mediterranean cork oak savannas require human use to sustain biodiversity and ecosystem services. Frontiers in Ecology and the Environment.
- Pinto-Correia, T., Ribeiro, N. & Sá-Sousa, P. 2011. Introducing the montado, the cork and holm oak agroforestry system of Southern Portugal. Agroforestry Systems 82, 99-104.
- Godinho, C. & Rabaça, J. 2011. Birds like it Corky: the influence of habitat features and management of 'montados' in breeding bird communities. Agroforestry Systems 82, 183-195.
- Gonçalves, P., Alcobia, S., Simões, L. & Santos-Reis, M. 2011. Effects of management options on mammal richness in a Mediterranean agro-silvo-pastoral system. Agroforestry Systems (in press).
- Potes, J. 2011. O Montado no Portugal Mediterrânico.

- Santos, M.J. & Thorne, J.H. 2010. Comparing culture and ecology: conservation planning of oak woodlands in Mediterranean landscapes of Portugal and California. Environmental Conservation 37, 155-168.
- WWF. 2010. Hotspot Areas for Biodiversity and Ecosystem Services in Montados-HABEaS.
- Aronson J., Pereira J.S., Pausas J. 2009. "Cork Oak Woodlands on the Edge: Conservation, Adaptive Management and Restoration", Island Press, Nova Iorque.
- CEABN e WWF. 2008. Sobreiro, uma barreira contra a desertificação.
- da Silva, P.M., Aguiar, C.A.S., Niemela, J., Sousa, J.P. & Serrano, A.R.M. 2009. Cork-oak woodlands as key-habitats for biodiversity conservation in Mediterranean landscapes: a case study using rove and ground beetles (Coleoptera: Staphylinidae, Carabidae). Biodiversity and Conservation 18, 605-619.
- Díaz, M. 2008. La biodiversité de la dehesa, In Systèmes agroforestiers comme technique pour le gestion durable du territoire. eds M.R. Mosquera, J.L. Fernández & A. Rigueiro, pp. 183-201. Programme Azahar, AECI, Madrid.
- L. Olea and A. San Miguel-Ayanz, 2006. The Spanish dehesa. A traditional Mediterranean silvopastoral system linking production and nature conservation. 21st General Meeting of the European Grassland Federation. Badajoz (Spain).

Mas tão importante como o reconhecimento científico é a realidade deste comportamento ao nível das explorações e os seus efeitos práticos, o que revela um alinhamento dos agricultores que gerem as explorações dos agro-florestais mediterrânicos com os mais atuais padrões de gestão sustentável e comportamento responsável.

Estes territórios detêm a maior fatia das áreas com gestão certificada pelo Forest Stewardship Council (FSC), as práticas ligadas á Agricultura Biológica e á Produção Integrada são opção de um grupo considerável de explorações e a integração em programas específicos, de que são exemplo os promovidos pelo Fundo Português do Carbono, é uma realidade abrangente.

Em consequência de tudo isto, e principalmente da gestão ativa a que estão sujeitos, estes são também territórios mais resilientes aos incêndios, o que é provado pela reduzida área ardida apesar do elevado risco associado e pela possibilidade de se poderem subscrever seguros florestais.

Os sistemas agro-florestais mediterrânicos, montados de sobro, montados de azinho e pinhal manso, nas suas componentes agro-silvo-pastoril extensiva e agro-silvo-ambiental, vão ao encontro dos objetivos da nova PAC e cumprem os requisitos do pagamento verde, devendo como tal ser elegíveis nesse âmbito. Os sistemas multifuncionais que utilizam o sob-coberto são também uma evolução positiva em termos ambientais e sociais relativamente a um "base-line" de sistemas agrícolas e agro-pecuários puros.

3.4 PAGAMENTOS LIGADOS À PRODUÇÃO (PLP) PARA BOVINOS, OVINOS E CAPRINOS

A manutenção dos **pagamentos ligados á produção** nos sectores dos bovinos e dos ovinos e caprinos, em regime extensivo, é determinante para a manutenção destes dois sectores e para **um território mais ocupado e mais vivido**.

Todos os sectores em que os apoios aos agricultores foram totalmente desligados da produção, pondo em causa a sua viabilidade ou aumentando de forma exponencial o risco da cultura, viram a sua dimensão ser enormemente reduzida tornando-a insignificante ou mesmo nula, o tomate, o trigo rijo e a quebras do efetivo de ovinos são disso exemplo.

Ao desligarmos totalmente bovinos, ovinos e caprinos estaríamos a condenar á extinção estes sectores que são de importância determinante na ocupação física do território, na fixação de populações no espaço rural e na presença diária no campo. A presença da componente pecuária é também muito relevante para a manutenção de reduzidas cargas de combustível, com a inerente redução do risco de incêndio e dos seus impactos, económicos e ambientais.

A racionalização dos montantes unitários e das condições de elegibilidade e acesso dos beneficiários a este PLP, privilegiando soluções que promovam a extensificação e que garantam a produção, são o veículo para uma adequada utilização deste instrumento dentro da nova PAC.

4. EFEITO nos SUB-SECTORES do TECIDO AGRICOLA e no TERRITÓRIO

A análise que apresentamos tem por base, em grande parte, o já citado estudo do GPP – **O impacto sobre os diferentes tipos de agricultura portugueses decorrente da reforma da PAC** . Esta é uma análise particular em que **as conclusões retiradas são da única e inteira responsabilidade da UNAC**. Esta análise é feita á luz dos factos conhecidos na data da sua publicação reservando-se a UNAC a modificá-la em função de alterações relevantes do enquadramento legislativo e orçamental que a enquadram.

O estudo do GPP avalia 3 cenários alternativos, na avaliação comparativa desses cenários o mesmo estudo conclui ser o cenário C, e citamos, "*o que melhor concilia os interesses dos diferentes perdedores e ganhadores, quer a nível sectorial, quer a nível regional*".

É a partir desse cenário, o Cenário C (variante 1) do estudo efetuado pela Agro.Ges para o GPP que apresentamos a nossa análise, consideramos deste modo os pressupostos de base aí incluídos, área alvo de 3,0 Mha e montante global do 1.º Pilar de 636,8 M€/ano.

A nossa base é assim a adoção de um **Pagamento Base único a nível nacional**, com uma componente de **"Greening"**, utilizando os **Pagamentos Ligados à Produção** e os pagamentos específicos para Pequenos Agricultores (APA) e Jovens Agricultores (AJA) e deduzindo a Reserva Nacional (RN).

O montante global anual é o montante resultante da convergência entre Estados Membros reforçado em 5% por uma transferência das verbas a afetar ao 2º Pilar.

As explorações dos sistemas agro-florestais mediterrânicos baseados no montado de sobro, no montado de azinho e no pinhal manso enquadram-se quase na sua totalidade no grupo das explorações especializadas em pecuária extensiva e no grupo das explorações não especializadas ou mistas. Estas explorações representam 50,2 % da amostra, 77,8% da SAU e 45% da Receita Bruta de Exploração (RBE) a nível nacional.

Podemos concluir que este é **o mais importante grupo de explorações do sector agrícola português**, em número explorações e em SAU ocupada, sendo a sua representatividade em termos de RBE inferior à média do País.

Em termos territoriais as explorações dos sistemas agro-florestais mediterrânicos distribuem-se pelo Norte e Centro Interior (NCI), Lisboa e Vale do Tejo (LVT) e pelo Sul (S) onde se localizam 59,4 % das explorações que representam 77,9 % da SAU e 73,8% da RBE nacionais.

4.1 EFEITO NOS SUBSETORES DO TECIDO AGRÍCOLA

O resultado da adoção da nova politica tem sentidos divergentes quando analisada ao nível dos sectores ou do seu desdobramento em grupos de culturas.

Os sectores ganhadores são aqueles que em grande parte são constituídos pelas explorações agro-florestais mediterrânicas: explorações de pecuária extensiva e mistas não especializadas.

Tabela 1 - Caraterização dos setores ganhadores

Tipo de Exploração	Nº Explorações	SAU (ha)	RBE (m€)
Pecuária Extensiva	44.897	1.957.330	727,6
Mista/Policultura	50.880	560.737	577,6
Total	95.777	2.518.067	1.305,2
%	**32,9 %**	**70,4 %**	**36,4 %**

Fonte: O impacto sobre os diferentes tipos de agricultura portuguesa decorrentes da reforma da PAC Estudo AGRO.GES para o GPP

Os sectores perdedores são sectores mais especializados: arroz, tomate, bovinos de leite e bovinos de carne intensivos. Representam 9,8 % do número total de explorações portuguesas e ocupam apenas 6,2% da SAU do país, mas são responsáveis por 23,4% do RBE nacional.

Tabela 2 - Caraterização dos setores perdedores

Tipo de Exploração	Nº Explorações	SAU (ha)	RBE (€)
Arroz	922	22.320	38,4
Tomate	461	22.271	160,2
Leite	5.386	59.647	345,0
Carne Intensivo	12.096	96.678	135,6
Total	18.865	200.916	679,2
%	9,8%	6,2%	23,4%

Fonte: O impacto sobre os diferentes tipos de agricultura portuguesa decorrentes da reforma da PAC Estudo AGRO.GES para o GPP

4.2 EFEITO NO TERRITÓRIO

Em termos territoriais a aplicação da nova PAC nos moldes propostos gera uma redistribuição do envelope financeiro no sentido do Interior. As regiões do Norte e Centro Interior e o Alentejo passam a ter maior peso e, em contrapartida, há descida de dimensão dos valores globais ao nível das regiões do Norte e Centro Litoral e de Lisboa e Vale do Tejo.

Uma das maiores duvidas relativamente a este novo modelo de politica está relacionado coma dimensão global da área elegível. As áreas IFAP-2009 apresentam alguma diferença relativamente a outro tipo de fontes de informação, como por exemplo o IFN-2006 o que permite aferir o potencial impacto de novas áreas elegíveis.

Tabela 3 – Impacto potencial das novas áreas elegíveis

Tipo de Exploração	IFAP – 2009	IFN – 2006	Variação
Agricultura	714.834	2.929.543	
Agro-florestas Mediterrânicas	2.518.067	1.559.490	
Total	3.232.901	4.489.033	38,9%

Fonte: O impacto sobre os diferentes tipos de agricultura portuguesa decorrentes da reforma da PAC
Estudo AGRO.GES para o GPP e IFN 2006

O aumento da área elegível leva a que o direito médio a pagar por cada hectare potencialmente elegível no período 2014-2020 decresça na proporção desse mesmo aumento. No entanto, e apresar deste facto ser muito relevante, todos as restantes conclusões retiradas mantêm-se válidas.

Da análise efetuada, prevê-se que a entrada de novas áreas elegíveis nunca eleve o seu patamar global acima dos 3,6/3,7 milhões de hectares.

Tabela 4 - Efeito no Valor Unitário do Direito Médio 2014-2020 (€/ha elegível)

CENÁRIOS	Verba 1.º Pilar (M€)	Área Global Elegível (Mha)			
		3	3,2	3,5	4
Cenario Base	610,8	203,6	190,9	174,5	152,7
Cenario C1	636,8	212,3	199,0	181,9	159,2

Fonte: O impacto sobre os diferentes tipos de agricultura portuguesa decorrentes da reforma da PAC
Análise cruzada Estudo AGRO.GES para o GPP e IFN 2006

4.3 EFEITO NA VIABILIDADE DAS EXPLORAÇÕES

As explorações ganhadoras situam-se na sua grande maioria (> 70%) na classe 2 – Explorações Com Viabilidade Económica, i. é, são explorações já dependentes dos PDP, sendo que mais de 80% do total das explorações pertencem às duas primeiras classes de viabilidade, que inclui também a classe 1 - Explorações Competitivas e Viáveis.

No que diz respeito às explorações perdedoras à que diferenciar 3 grupos de explorações especialistas:

- Cereais de Regadio (arroz e milho), que integram um padrão de viabilidade semelhante aos ganhadores, sendo que apenas 60% se encontram nas duas primeiras classes de viabilidade;
- Bovinos de Leite e Bovinos de Carne Intensivos, em que 40/50% das explorações integram a classe 1 – Explorações Competitivas e Viáveis;
- Tomate, em que 2/3 das explorações pertencem à classe 1 – Explorações Competitivas e Viáveis

Nos sectores do Tomate e dos Bovinos de Leite a taxa média de suporte é inferior a 20% do RBE e na casa dos 40% do VABcf.

Estando as explorações especialistas em tomate e as grandes (G) e muito grandes (MG) explorações de bovinos de leite e de bovinos de carne intensivo mais protegidas relativamente aos efeitos desta evolução, há que analisar em profundidade os efeitos das alterações previstas mas médias (M), pequenas (P) e muito pequenas (MP) explorações dos sectores Bovinos de Leite e Bovinos de Carne Intensivo e também ao nível das explorações especialistas em arroz e milho.

5. CONCLUSÕES E NOTAS FINAIS

A principal conclusão que se pode retirar desta análise é que **a Agricultura Portuguesa ganha globalmente com a adoção de um regime de pagamentos diretos ancorado num pagamento de base (PB) único a nível nacional**, complementado por um pagamento verde (PV) e que faça um uso adequado dos pagamentos ligados á produção (PLP). Conclui-se também que **os efeitos da nova PAC não são homogéneos em termos sectoriais**.

Os grandes beneficiados são os sistemas agro-florestais mediterrânicos, representados pelas explorações pecuárias extensivas e as explorações mistas de policultura, e as culturas permanentes. Representam 74,6% das explorações e 86,5% da SAU a nível nacional.

Os sectores penalizados são sectores com explorações especialistas: arroz, milho, tomate, bovinos de leite e bovinos de carne intensivos, relativamente as quais é necessário diferenciar:

- Arroz – cultura que claramente não sobrevive sem apoios e onde se justifica uma abordagem através dos PLP pela sua importância ambiental e local e pela ausência de alternativas produtivas;
- Milho – é a cultura em que os resultados são mais divergentes, com a abordagem APA a ter um efeito nivelador;
- Tomate - cultura maioritariamente realizada por explorações viáveis e competitivas, atualmente reduzida a um número de explorações muito inferior a base IFAP – 2009, com potencial de se reorganizar ao nível da fileira para reduzir o risco inerente a uma conta de cultura horto-industrial;
- Bovinos de Leite – grupo de explorações em que quase 50% são viáveis e competitivas, e que os restantes 50%, se situam numa extensão apreciável na classe das Muito Pequenas explorações (MP), no grupo em que a abordagem APA será relevante.
- Bovinos de Carne Intensivo – grupo de explorações em que mais de 40% são viáveis e competitivas. Este sector apesar de sua elevada taxa de suporte, cerca de 40% do RBE, é aquele que a nível europeu mais facilmente se tem adaptado a este tipo de transição, também aqui a abordagem APA surtirá efeito.

Perante os factos, o caminho adequado para a transposição para Portugal do Regulamento que enquadra os Pagamentos Diretos no âmbito do 1º Pilar da PAC 2014-2020 é necessariamente:

- Pagamento Base único a nível nacional;
- Pagamento Verde complementar para o qual mais de 70% da SAU é elegível;
- Pagamentos Ligados à Produção, direcionados para sectores determinantes onde se inclui o arroz e os bovinos e os ovinos e caprinos em regime extensivo;
- Reforço das verbas do 1º Pilar com pelo menos 5% das verbas do Desenvolvimento Rural;
- Programa realista direcionado aos jovens (JA) e pequenos (APA) agricultores.

Esta realidade deve ser enquadrada e complementada com medidas ao nível do 2º Pilar - Desenvolvimento Rural que permitam mitigar os efeitos nos sectores mais penalizados, fortalecendo-os, e levando ao patamar de "viabilidade e competitividade" um ainda maior número das nossas explorações.

A possibilidade da utilização da ferramenta equivalente á das "indeminizações compensatórias" (PZDN) seria também um complemento relevante, reforçando ainda mais o papel e a presença das P e MP explorações ao nível do sector e do território.

Os quase 70 M€ de redistribuição de verbas entre mais agricultores e de um modo mais horizontal ao longo do território é uma mais-valia que não nos podemos dar ao luxo de desperdiçar, ficando reféns de sectores que claramente têm capacidade e potencial para serem viáveis no mercado.

Com a abordagem proposta podemos reduzir claramente as disparidades ao nível dos apoios diretos ao sector, sem por em causa a competitividade e o crescimento económico.

Estamos deste modo a tornar o efeito da PAC mais justo, sem reduzir o potencial empreendedor das nossas explorações, ganhando o sector agrícola e Portugal como um todo.

A UNAC – UNIÃO DA FLORESTA MEDITERRÂNICA

A UNAC representa os interesses dos produtores florestais do espaço mediterrânico português junto das instituições nacionais e europeias, através de uma estratégia de intervenção de cariz técnico-político. Acompanha e analisa todos os processos e iniciativas com relevância e interesse para os seus associados, como é o caso das políticas rurais, florestais, ambientais e fiscais.

Através da UNAC, as organizações de produtores florestais do espaço mediterrânico definem posições comuns sobre temas estratégicos e transversais, desenvolvendo contributos e participações válidas, construtivas e tecnicamente fundamentadas.

OBJECTO

- Promover a protecção da floresta mediterrânica e o desenvolvimento do mundo rural;
- Promover e defender os interesses económicos e sociais da região em geral e dos seus associados;
- Articular e coordenar as estruturas das Associações.

ASSOCIAÇÕES FILIADAS

A UNAC possui como associadas as principais organizações de produtores florestais do espaço mediterrânico:

- ACHAR – Associação de Agricultores da Charneca
- AFLOBEI – Associação de Produtores Florestais da Beira Interior
- AFLOPS Associação de Produtores Florestais
- AFLOSOR – Associação de Produtores Florestais da Região de Ponte de Sôr
- ANSUB – Associação de Produtores Florestais do Vale do Sado
- APFC – Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Límitrofes
- SUBERÉVORA– Associação de Produtores Florestais

Tem uma área territorial de influência de dois milhões de hectares, representando cerca de 700.000 hectares de áreas agro-florestais e cerca de 16.000 produtores.

UNAC-UNIÃO DA FLORESTA MEDITERRÂNICA
R. Mestre Lima de Freitas, n.º 1, 1549 - 012 Lisboa
Tel.: + 351 21 710 00 14
Fax: + 351 21 710 00 37
E-mail: ncalado@unac.pt
www.unac.pt